



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121950 - MG (2019/0373475-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ATAIDE COSTA VIANA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ATAIDE COSTA VIANA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.146767-9/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 10/10/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 12 da Lei n. 10.826/03 (posse ilegal de arma de fogo de uso permitido). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS-CORPUS - POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - FATOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA - PACIENTE REINCIDENTE - PERICULUM LIBERTATIS - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO INADEQUADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. 1. Estando presentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar mantém-se esta sob os auspícios da garantia da ordem pública. 2. Paciente reincidente por si só implica perigo à sociedade, porque solto se presume que voltará a delinquir. 3. O contato reiterado com a justiça criminal é fundamento hábil à manutenção da prisão provisória para que o paciente não volte a delinquir. 4. Incabível é a substituição da prisão por outra medida cautelar conforme disposto no artigo 282 §6º do CPP e presentes estando os requisitos do artigo 312 do mesmo diploma legal associados à gravidade do delito, inadequadas são tais medidas. 5. Ordem denegada. (fl. 87)

No presente recurso, alega ausência de pressuposto da prisão cautelar, notadamente a comprovação da materialidade do delito, porquanto não há laudo de eficiência da arma apreendida nos autos.

Sustenta que a reincidência do recorrente, por si só, não é fundamento para

manutenção da prisão processual.

Assevera a desproporcionalidade da prisão preventiva, ante a pena definitiva a ser imposta em caso de eventual condenação, que deverá ser cumprida em regime mais brando, ainda mais por tratar-se de crime punido com detenção.

Defende a suficiência de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao recorrente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se o alvará de soltura.

Indeferida a liminar (fls. 117/118) e informações prestadas (fls. 122/149), o Ministério Público opinou pelo provimento do reclamo (fls. 154/158).

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações colhidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 0970814-39.2019.8.13.0024 transitou em julgado, tendo sido expedida guia de execução definitiva em 5/2/2020.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente recurso, no ponto em que alega ausência de fundamentação da custódia cautelar, considerando que a prisão do recorrente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Por fim, a alegada não comprovação de materialidade delitiva não foi analisada pelo Tribunal de origem, não podendo esta Corte de Justiça realizar uma análise direta das novas alegações, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE RÉUS. CARTAS PRECATÓRIAS. NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO. MOROSIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Não tendo a alegada ausência de fundamentos para a segregação cautelar sido objeto de apreciação pela Corte a quo, não pode ser examinada diretamente por este Tribunal, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância.

2. Além disso, a defesa não trouxe aos autos cópia integral da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, impossibilitando a análise da questão, eis que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do

direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

4. No caso, o Tribunal de origem entendeu que o processo tramita dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer atraso relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão. A despeito de o paciente estar preso desde o dia 16/9/2016, a ação penal apresenta uma certa complexidade, porquanto versa sobre 3 acusados, custodiados em locais diversos do distrito da culpa, demandando, portanto, a expedição de cartas precatórias. Além disso, não tendo os acusados constituído defensores, foi necessária a nomeação de advogado dativo, de modo que a defesa prévia foi juntada somente em 17/2/2017.

5. Não obstante, em consulta ao site do Tribunal de Justiça do estado, observa-se que o Magistrado processante tem adotado medidas para imprimir celeridade na solução do caso, valendo ressaltar que diversas testemunhas já foram intimadas, já tendo sido designada data de audiência.

6. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido (RHC 84.616/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 14/06/2017).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator